

Sábado, 15, segunda-feira, 17, e terça-feira, 18 de abril de 1989

Dívida: acertando posição comum para negociar

Não há, efetivamente, por parte dos países devedores, um clima de entusiasmo com relação ao plano para redução das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo, lançado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, em 10 de março último. Reconhece-se que as idéias propostas constituem um avanço em termos conceituais, mas há grande ansiedade em conhecer os mecanismos pelos quais as propostas formuladas poderiam vir a ser colocadas em prática.

Como se recorda, o secretário do Tesouro dos EUA defendeu a tese de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) deveriam destinar recursos específicos para a redução de dívidas. É compreensível que, naquela ocasião, ele não tenha mencionado qual o montante que poderiam atingir tais dotações, mas não deixa de ser estranho que, decorrido mais de um mês, a questão permaneça em aberto. Como se observou na assembleia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizada em Amsterdã, no fim de março, os representantes daquele duas primeiras instituições

preferiram, prudentemente, não se comprometer com qualquer cifra ou adiantar em que proporção as dívidas dos países em desenvolvimento poderiam ser reduzidas e em que prazo.

De qualquer forma, não se espera que uma decisão final a respeito seja tomada antes da assembleia conjunta do FMI/Banco Mundial, marcada para setembro. Enquanto o Plano Brady continua em discussão, os países endividados vêm continuamente crescer os encargos a pagar sobre a dívida, e não admira que muitos deles não estejam cumprindo os compromissos assumidos. A taxa interbancária de Londres (Libor), que, em abril do ano passado, estava em 7,56%, chega, um ano depois, a 10,50%, o que representa um peso adicional considerável. Calcula-se que, apenas para os países classificados como de renda média, excluindo-se os mais pobres, o aumento de 1 ponto percentual na Libor significa um acréscimo de US\$ 4 bilhões nos juros a pagar. No espaço de um ano, porém, portanto, tais nações teriam de remeter para o exterior cerca de US\$ 12 bilhões mais do que o valor das transferências que já têm feito.

De sua parte, o Comitê dos Bancos Credores não parece demonstrar nenhuma preocupação com relação ao plano do secretário americano, embora tenha recebido uma advertência de Brady quanto ao empecilho que as "sharing clauses" (cláusulas de partilha), que não permitem negociações em separado de nenhuma instituição associada com países devedores, têm criado à solução do problema do endividamento.

Para vencer essa letargia, os principais países endividados da América Latina sentem a necessidade de se mobilizar. E, com esse objetivo, está prevista uma reunião em Brasília, a partir do próximo dia 27 até o dia 29 deste mês, dos ministros das Finanças do chamado Grupo do Rio ou dos Oito (Brasil, Argentina, Uruguai, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Panamá; este último país está temporariamente afastado dos entendimentos, por problemas políticos internos).

Não há momento mais propício para acertar posições comuns do que agora, tendo em vista que as tão aguardadas definições quanto ao futuro do Plano Brady, pelo menos por parte das institui-

ções internacionais, começarão a ser esboçadas nas reuniões, marcadas para maio, dos comitês do FMI e do BIRD.

Como declarou o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, ainda que o valor destinado à redução de dívidas não seja substancial, há diversas questões a exigir procedimentos adequados aos fins a que se propõe o Plano Brady. Estas se resumem em securitização (troca de papéis por parcelas das dívidas junto aos credores, com um deságio razoável e garantia firme de pagamento do principal e dos juros); recompra de empréstimos por parte dos devedores, pressupondo ajuda financeira para isso e conversão de débitos em investimento, desde que mantido o fluxo de financiamentos externos dos organismos internacionais e do FMI.

Não só o Brasil, como todos os participantes do encontro de Brasília, tem a consciência de que, isoladamente, a sua ação terá pouco efeito. Somente através de uma sólida unidade é que os países endividados da América Latina poderão fazer valer o seu peso político.